

**“MARIELLE VIROU SEMENTE”:
A eleição de Áurea Carolina e Talíria Petrone como
resistência às violências sofridas por corpos de mulheres
negras¹**

**“MARIELLE TURNED INTO SEED”:
The election of Áurea Carolina e Talíria Petrone as
resistance to the violences sustained by black women’s
bodies**

Cristiano Rodrigues²
Mariana Sales de Abreu³

Resumo: *As eleições de 2018 resultaram em mudanças na composição da Câmara Federal: houve um aumento expressivo de conservadores, ao mesmo tempo em que cresceu o número de mulheres, o que inclui as mulheres negras. Um dos motes de alguns movimentos no período pós-eleitoral foi “Marielle virou semente”, referindo-se ao fato de figuras associadas a Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro assassinada em 2018, terem sido eleitas para diversas esferas. Esse evento levantou debates em torno das implicações de ser um corpo negro, mulher e LGBT na política. Assim colocou-se em pauta a necessidade de fortalecer presenças como a dela para afirmar o direito a uma vida vivível e representável. Nesse sentido, buscamos compreender a eleição de duas deputadas federais negras – Áurea Carolina, e Talíria Petrone – a partir da ótica da ocupação das esferas de poder por corporalidades que as questionem. Dessa maneira, busca-se trazer à luz a interlocução entre os movimentos feministas negros, o partido e as próprias ex-vereadoras.*

Palavras-Chave: *Representação de mulheres negras. Feminismo negro. Violência política.*

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociedade Civil do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VIII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade de Brasília (UnB), de 15 a 17 de maio de 2019.

² Professor adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (DCP-UFMG) e do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da mesma universidade (PPGCP-UFMG). Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Pesquisador do NEPEM – Núcleo de Estudos sobre a Mulher, do Margem – Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça e da Rede de Pesquisas em Feminismos e Política. E-mail: cristianor@gmail.com.

³ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista Fapemig de iniciação científica no projeto Protestos e engajamento político: discurso e identidade em manifestações contemporâneas, financiado pelo CNPq (processos 305117/2014-9 e 445955/2014-7) e pela Fapemig (APQ-01206-15). Integrante do grupo Margem – Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça.

Abstract: *The 2018 elections resulted in changes in the composition of the parliament: there has been an increase in the number of conservatives, but also in the number of women, including black women. One of the mottos used by some movements in the post-electoral period was “Marielle turned into seed”, referring to the election of some figures liked to Marielle Franco, Rio de Janeiro’s city counselor murdered in 2018. This event raised debates about being a woman, a black person and LGBT in politics. This way, the need to empower presences such as hers was put in discussion in order to assert the right to a livable and representable life. We thus wish to understand the election of two congresswomen – ÁUREA Carolina and Talíria Petrone – in the optics of the occupation of power spheres by corporalities that question that same power. We intend to bring to light the relations between black feminist movements, the party and the former city counselors.*

Keywords: *Representation of black women. Black Feminism. Political violence.*

1. Introdução

As eleições de 2018 resultaram em mudanças na composição das Câmara Federal: se, por um lado, houve um aumento expressivo de conservadores, por outro, também cresceu o número de mulheres – de 51 para 76. As mulheres negras também obtiveram aumento no número de representantes, uma vez que passaram a ocupar 13 cadeiras, em comparação às 10 da legislatura anterior. Ainda que, comparados ao total de assentos na Câmara, esses indicadores sejam distantes da proporcionalidade com relação à população, é possível entender que as candidatas eleitas, ainda que pela direita antifeminista, representam resultados dos debates feministas acerca da presença de mulheres nos espaços de poder. Um dos motes dos movimentos de mulheres no período pós-eleitoral foi “Marielle virou semente”, referindo-se ao fato de figuras associadas a Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro pelo PSOL assassinada em 14 de março de 2018, terem sido eleitas para diversas esferas. Após a morte da vereadora, uma série de debates foi levantada em torno das implicações de ser, ao mesmo tempo, um corpo negro, uma mulher e LGBT na política. Uma das pautas foi a necessidade do assassinato brutal da vereadora para que ela ocupasse lugares de destaque na grande mídia e obtivesse visibilidade. A dispensabilidade de determinadas formas de vidas foi pautada, assim, a partir de Marielle, mas também a

necessidade de fortalecer presenças como a dela para afirmar o direito a uma vida vivível e representável.

Nesse sentido, buscamos compreender a eleição de duas deputadas federais negras – Áurea Carolina, por Minas Gerais, e Talíria Petrone, pelo Rio de Janeiro, ambas do PSOL – a partir da ótica da ocupação das esferas de poder por corporalidades que questionem este mesmo poder. Assim, se as representações consideradas públicas sendo ocupadas massivamente por homens, brancos, heterossexuais e proprietários, o seu exercício por corpos dissidentes reforma e questiona essa publicidade. Procuramos entender em que medida a eleição das duas deputadas constitui uma reação à violência contra a mulher negra na política e uma tentativa de empoderar vozes que atuem no sentido de resistir a ela. Dessa maneira, busca-se trazer à luz a interlocução entre os movimentos feministas negros, o partido de Áurea e Talíria e as próprias ex-vereadoras. É possível, nesse sentido, refletir sobre a forma como a relação de políticos com os movimentos sociais alterou a sua entrada e atuação nos partidos, bem como na sua busca por cargos e a percepção do significado da sua presença nas esferas institucionais.

A escolha das deputadas se deu em função da expressividade da votação de ambas, sobretudo tendo em mente que tanto o Rio de Janeiro quanto Minas Gerais elegeram políticos do campo conservador para os governos federal e estadual. Além disso, ambas possuíam proximidades e afinidades com a vereadora Marielle Franco e realizaram denúncias com relação às implicações de ser uma mulher negra no poder. Finalmente, Áurea e Talíria debateram questões de raça, gênero e sexualidade na sua campanha, se forma que a sua eleição pode ser associada a esses debates.

O artigo está dividido em três seções. Na primeira fazemos uma análise acerca das alterações societais ocorridas no Brasil a partir de 2010 que propiciaram a emergência de um novo ciclo de protestos. Também discutimos nesta seção a ascensão de grupos de extrema direita à política institucional. Na segunda e terceira partes analisamos as mobilizações das corpos políticas de mulheres negras na década nos últimos anos juntamente com dois cenários emergentes de mobilização política liderada por jovens ativistas negras no Brasil. O primeiro, interpretamos, neste texto, como sendo o movimento de “ocupar a política”, representado pela crescente

presença de uma geração de jovens feministas negras que estão reformulando e/ou criando novos repertórios político-discursivos e de confronto nas ruas, nas redes e na representação política.

2. Contextos e atrizes

O contexto global contemporâneo é marcado por uma reconfiguração político-discursiva que implica em mudanças nas formas de ativismo e nas instituições democráticas. Por um lado, grupos de extrema direita ganham fôlego eleitoral e capacidade de influenciar os discursos e posicionamentos subjetivos da população. Por outro, o campo progressista sofre o impacto da necessidade de lidar com pautas que surgem de novos entendimentos sobre direitos e identidades.

Essa mudança ficou evidente em movimentações como os Indignados, no 15M da Espanha, o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, a Primavera Árabe e as Jornadas de Junho de 2013, no Brasil. Na medida em que se desenvolveram, esses processos ficaram caracterizados pelo transbordamento dos movimentos sociais, isto é, por indignações difusas que aglomeravam os participantes em torno de pautas amplas que poderiam ser significadas de diferentes formas, sejam elas apropriações que rejeitem a política como espaço de resolução dos conflitos, questionem a ocupação dos cargos ou proponham uma nova lógica de funcionamento da política (BENNET & SEGERBERG, 2012; BRINGEL, 2017). O lema “*we are the 99 per cent*” (“nós somos os 99 por cento”), dos movimentos Occupy, é um exemplo desses quadros amplos altamente personalizáveis em que as motivações para o engajamento dependem mais de entendimentos pessoais que da filiação a movimentos estabelecidos (BENNET & SEGERBERG, 2012). Assim, esses eventos abriram para revisão a história recente.

Nesse sentido, o conceito de acontecimento contribui para a análise dos desdobramentos desses eventos. Na concepção de Quéré (2005), o acontecimento é um evento deslocador, que incita a reformulação das premissas que guiam a interpretação do passado e do presente, bem como a projeção de novas possibilidades de futuro. A emergência de novas lentes evidencia a maneira como os acontecimentos não se encerram em si mesmos, uma vez que permitem

reorganizações em torno de novos projetos. Dessa maneira, ao suspender leituras correntes sobre as condições em que se passaram, eventos como o 15M tiveram como consequência o surgimento de grupos e organizações políticas a partir de novas interpretações do contexto. Isso ocorre tanto no campo da esquerda e no da direita e, conseqüentemente, altera as dinâmicas políticas local e global.

Com o objetivo de entender o revigoramento do conservadorismo, parte da literatura retoma os estudos sobre o populismo (VRESSE et al, 2018; CASULLO, 2018; CASULLO, 2009; ZUNIANELLO et al, 2018, NORRIS & INGLEHEART, 2018; SOLANO et al, 2017). Em geral, esses teóricos se dividem entre aqueles que consideram a política populista como um fenômeno episódico e aqueles que a consideram inerente à própria democracia. Vresse et al (2018) e Zunianello et al (2018) consideram que o populismo é um estilo comunicacional marcado por três características: a centralidade da ideia de povo – enquanto uma entidade fechada e virtuosa – o antielitismo e a exclusão de um “outro”. Semelhantemente, Norris e Ingleheart (2018) o definem como um estilo discursivo em que se desafia o establishment e na qual a fonte de legitimidade é o povo – entendido como “a maioria”. Para eles, a ameaça do populismo está na sua combinação recente com o autoritarismo, isto é, o aumento da relevância de valores de proteção contra a instabilidade e a desordem, o desejo de preservar tradições e a necessidade de obediência a um protetor.

Casullo (2009) também observa uma mudança no padrão de apresentação do populismo. A autora considera que o que foi teorizado sob esse conceito no século XX eram regimes latino-americanos anti-tradicionistas assentados em bases operárias recém-urbanizadas, que se voltaria para o desenvolvimento econômico, com vistas a incluir esse grupo. O que se apresenta hodiernamente é uma configuração mantida por grupos que se sentem ameaçados por transformações, na qual a divisão entre “nós” e “eles” é contextual, na medida em que não é fundada somente na oposição entre os trabalhadores e a elite econômica. No entanto, Casullo entende que o populismo é parte da democracia, definindo-o como uma a lógica de oposição em que grupos que se sentem excluídos do sistema o desafiam, de maneira que pode impactar positivamente o sistema.

As duas concepções de populismo contribuem para o argumento de que grupos hegemônicos, ao serem desafiados pela inclusão de perspectivas ativistas no Estado e na sociedade em geral, mobilizaram uma retórica tradicionalista para resgatar valores conservadores. Assim, evocam a retórica do medo e da ameaça para se consolidarem (SOLANO et al, 2017). Isso é evidente em contextos como a eleição de Donald Trump e na campanha do Brexit, nas quais foram mobilizados pontos como a migração e a perda de poder da classe média branca para justificar políticas anti-globalistas e a revogação de medidas de inclusão (NORRIS & INGLEHEART, 2018).

A emergência dos grupos de extrema direita não ficou limitada apenas ao âmbito institucional. Diversos grupos promoveram a difusão de ideias conservadores tanto nas redes sociais quanto pela ocupação das ruas. É importante destacar, nesse sentido, o papel dos *think tanks* de direita no financiamento de medidas de popularização de princípios neoliberais, sobretudo entre a juventude (ROCHA, 2014). São criadas e se fortalecem, conseqüentemente, organizações como o Movimento Brasil Livre e o *Tea Party*, nos Estados Unidos.

Na contramão dessas movimentações, o campo da esquerda também começa a se reconfigurar e pela emergência de novos atores. Em um aspecto organizacional, as estruturas hierárquicas passam a ser substituídas por redes de articulação que buscam priorizar as diversidades (DELLA PORTA, 2005). Assim, os novos movimentos não se centralizam no Estado, mas na mudança de paradigmas sociais. Colling (2017), por exemplo, avalia como os ativismos *queer* na Espanha, em Portugal, no Chile e na Argentina têm atuado nas esferas da cultura e da autorrepresentação para ampliar o apoio às suas causas, em contrapartida às estratégias dos movimentos LGBT mais antigos e institucionalizados, que procuram implementar mudanças com ações *top-down*. Segundo o autor, esta última forma de atuação, no entanto, não questiona as próprias premissas com as quais o Estado opera, tornando seu campo de reivindicações mais limitado. A perda da centralidade do Estado, contudo, não significa que os movimentos perdem o interesse de ocupá-lo, mas que, ocupa-lo, procuram estratégias de interagir com as regras institucionais *tendo em vista a sua modificação* para que os seus interesses sejam melhor pautados.

Essa atuação leva em conta que a própria ação política é formadora de identidades (MOUFFE, 1992; HONIG, 1992; MOUFFE & LACLAU, 2015). Assim, ela procura modificar a própria concepção de cidadania para que o seu caráter universal não seja sinônimo de homogeneização, mas um princípio articulador que permita alianças e contestações (MOUFFE, 1992). Os cidadãos portadores da *status* de atores políticos podem, dessa maneira, não só atuar sobre a forma como o Estado opera, mas sobre a sua própria esfera de atuação, abrindo a possibilidade de pautar temas omissos (HONIG, 1992). O desejo de interagir com o Estado a partir de novas perspectivas e de uma renovada conexão com a sociedade levou à criação de novos movimentos e partidos, como as Muitas, no Brasil – ao qual voltaremos –, e o Podemos, na Espanha.

No caso específico do Brasil, as manifestações de Junho de 2013 foram profundamente disruptivas. Elas fazem parte de um contexto político mais amplo que envolve o processo de redemocratização, em que foi necessária uma mudança na atuação do Partido dos Trabalhadores (PT) para que este alcançasse o poder. Este se tornou mais distante das suas bases constitutivas e, apesar de ter incluído em ser quadros atores de movimentos majoritariamente operários, os demais grupos minoritários foram incluídos por meio de políticas públicas redistributivas. Adicionalmente, a política desenvolvimentista adotada pelo governo foi mais vantajosa para determinados setores da sociedade, contribuindo menos do que se esperava para a redução das desigualdades sociais (BRINGEL, 2017; BIANCHI, 2017).

Iniciadas em reação ao aumento das tarifas do transporte público, sob a liderança do Movimento Passe livre, as movimentações de 2013 cresceram impulsionadas por diversos fatores, entre os quais a violência policial. Com o aumento das dimensões dos protestos, novos agentes foram agregados e conformaram um acontecimento heterogêneo e capilarizado. A abertura societária promovida por este ciclo permitiu a emergência de novas formas de atuação política (BRINGEL, 2017). Os manifestantes possuíam históricos de mobilizações diferentes e muitos participavam pela primeira vez de manifestações (MENDONÇA & ERCAN, 2015). Em resposta às várias demandas de participação, surgem formações ativistas

alternativas, tais como as Assembleias Populares Horizontais (APH), em Belo Horizonte, que promoviam decisões coletivas a partir de perspectivas autonomistas. Reativamente a outro conjunto de demandas e interpretações, grupos de direita que se autodenominavam “suprapartidários” cresceram, tais como o MBL e o Revoltados Online.

Essas novas formações atuaram com certa intensidade dos anos seguintes, seja no cenário de polarização que caracterizou as eleições de 2014, seja no processo de impeachment de Dilma Rousseff (BRINGEL, 2017). Em Belo Horizonte, o movimento de ocupação dos espaços urbanos foi importante para a continuidade de grupos como as APH. Estes permaneceram mobilizados em reação às medidas de Márcio Lacerda de restrição de atividades culturais em locais públicos tais como a Praça Rui Barbosa, conhecida como Praça da Estação. Dessas restrições decorre a revitalização de eventos ativistas como o carnaval de rua e a “Praia da Estação”, evento no qual a população se reúne no espaço para se banharem na fontes da praça ou utilizando caminhões-pipa e em que frequentemente ocorrem performances musicais.

Nesse contexto, surgem novas lideranças e passam a se fortalecer politicamente, propondo não a recusa da política, mas uma nova política, voltada para a intensificação da democracia. Na próxima sessão, discutimos essas emergências e as formas como elas propõe a modificação da prática e da reflexão política.

3. Corpas políticas

Butler (2018) defende que as manifestações são atos performativos que precedem a formulação discursiva de sujeitos políticos tais como o “povo”. Os atos são ambíguos na medida em que comportam, simultaneamente, indivíduos com as suas próprias identidades, falas e gestos, e um grupo que fala e gesticula em conjunto, de forma que o povo é definido como tal porque *age como povo*. A forma como os atos coletivos ocorrem é fundamental, assim, para entender o que pretendem reformular. Uma das pressuposições tida como dada sobre eles é a de que eles ocorrem em espaços públicos, mas a autora aponta que uma das funções das manifestações é questionar a própria publicidade dos locais. Assim, a ocupação de

arenas por corpos usualmente excluídos delas é uma forma de afirmar a sua existência e o seu direito de aparecer.

O aparecimento é, para Butler (2018), a expressão da vulnerabilidade. Esta é, para a autora, uma condição essencial do ser humano, mas é problematizada na medida em que se distribui assimetricamente, isto é, muitos são tornados extremamente vulneráveis para que alguns sejam menos. As manifestações anunciam essa característica na medida em que evidenciam que alguns grupos se tornam vulneráveis pelo ato de aparecer. Em um trabalho de 2008, a autora demonstra como as esferas de poder procuram exercer controle sobre como as imagens são ferramentas políticas importantes justamente por despertarem o processo de reconhecimento de um “outro” pelo qual as pessoas devem se sentir responsáveis. A responsabilidade é outra categoria importante para a filósofa, uma vez que ela se desenvolve pelo entendimento de que o indivíduo é sustentado pelo mundo, e que o “eu” não se encerra no próprio corpo. Assim, as políticas de ameaça ao outro atacam, na verdade, o próprio ambiente que se mantém as condições de vida de cada um, sendo que esse “outro” não é necessariamente humano. O objetivo de Butler não é uma crítica à morte, mas às políticas que concentram o risco em determinadas vidas, desconsiderando que eles são fundamentais para a sobrevivência dos demais (Butler, 2017).

A ocupação de espaços institucionais por mulheres negras, nesse sentido, é uma manifestação que põe em pauta as características desses espaços. A vereadora Marielle Franco foi parte de um processo desse tipo. Após trabalhar na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, foi a quinta candidata mais votada nas eleições de 2016. Além das suas posturas de defesa dos direitos humanos e combate à milícia, era uma mulher negra, lésbica, moradora da favela e mãe. Marielle constituía, assim, uma figura provocadora para o sistema democrático. A vereadora foi assassinada em 14 de março de 2018, em um crime apontado como uma execução política ou um feminicídio político que recentemente tem se revelado atrelado às milícias. Esse ato foi a expressão mais extrema do desejo de eliminação de um outro político, que marca a emergência de populismos autoritários e que se manifesta também de outras formas mais sutis.

Em outros locais, outras parlamentares se elegeram vinculadas a práticas de inovação democrática. Os mandatos coletivos têm se tornado, nesse sentido, uma saída para a crise de representação e a baixa presença de certos grupos em espaços institucionais. Em São Paulo, a Bancada Ativista foi eleita com um sistema de co-candidatura no qual a campanha foi feita em torno da candidatura de Mônica Seixas, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), mas já deixava claro que ainda que ela fosse o vínculo legal com a Assembleia, outros oito deputados comporiam o mandato e participariam das decisões – em entrevista para a folha, Mônica afirmou “A Bancada Ativista é a deputada, eu sou só a representante”⁴. Em Pernambuco, o grupo Juntas se autodenomina uma “mandatA coletivA” da qual fazem parte cinco mulheres, também do PSOL que concorreram em uma candidatura única. Em Minas Gerais, há uma experiência formada em 2015, as Muitas. A campanha de 2016 não foi realizada da mesma forma que a de São Paulo e de Pernambuco, uma vez que não se tratou de uma co-candidatura, mas de uma campanha coletiva. Assim, as candidatas que compõe o grupo incentivavam o voto nas companheiras, visando a formação de um mandato coletivo. A eleição de Áurea Carolina e Cida Falabella como vereadoras deu início a experiência da Gabinetona, composta por 40 pessoas e estendida para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais e para o Congresso Federal em 2018, com as eleições de Andreia de Jesus e Áurea, que cedeu o cargo no município para Bella Gonçalves, que já era co-vereadora.

Diversas semelhanças atravessam essas práticas. Em primeiro lugar, todas afirmam se voltar para a construção de uma *outra* política. Esse ponto é relevante na medida em que as candidaturas recusam o discurso na *nova* política, isto é, da renovação do sistema vigente. Nos termos de André Gortz, os mandatos coletivos podem ser entendidos como reformas não-reformistas, isto é, a utilização de oportunidades de conquista de poder para reformar as suas próprias estruturas, trabalhando para alterar os critérios de racionalidade estabelecidos. Eles têm em vista,

⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/jornalista-leva-a-assembleia-ativismo-e-modelo-ainda-em-xeque-de-mandato-coletivo.shtml>

portanto, tornar viável aquilo que *deve* ser possível, e não apenas aquilo que *pode* ser (SILVA, 2017).

Um outro aspecto comum dessas experiências é a forte vinculação das candidaturas com uma multiplicidade de lutas. Nas suas páginas da internet, todas elas afirmam se comprometer com demandas feministas, LGBT, antirracistas, indígenas, ambientais, para a juventude, educação e direito à cidade, entre outras. Nesse sentido, podemos retomar a interpretação em torno de “falar em línguas” proposta por Mae Henderson (1992). Ao analisar a escrita de mulheres negras, a autora afirma que ela tem caráter interlocutório não apenas com “outros”, mas também com diversas partes de si mesmas. A noção de “falar em línguas”, derivada do discurso religioso e que marca a atuação das mulheres negras, combina a capacidade de *glossolalia* – a comunicação particular e privada – com a *heteroglossia*, isto é, a capacidade de falar em diversas linguagens do discurso público. A potencialidade dos discursos de mulheres negras estaria, assim, na sua posição privilegiada de *insider/outsider*, a partir da qual a sua autoinscrição provoca disrupção, releituras e reescritas da história (HENDERSON, 1992).

Se aplicada nos mandatos coletivos, essa leitura permite enxergar que os seus componentes representam cada uma das pautas que se propõe e, simultaneamente, todas elas, ampliando, assim, a sua capacidade de agregação e de reflexão sobre as práticas políticas. Torna-se possível, portanto, a política de alianças proposta por Mouffe (1992) e Butler (2018). A partir de uma crítica do liberalismo, Mouffe afirma que os quadros atuais de interpretação não são suficientes para provocar mudança social. Para a autora, as óticas liberais, ainda que contribuam para a ideia de uma cidadania universal, reduzem-na a um status legal. Da mesma forma, as divisões entre público e privado não operaram em favor da liberdade individual na mesma proporção que serviu como mecanismo de exclusão. Butler também critica o liberalismo na medida em que ele não fornece recursos analíticos para pensar a interdependência e as redes de poder e posição. Por conseguinte, ambas propõem políticas de aliança ou articulação que se descentrem de identidades previamente construídas, mas que promovam a reestruturação dos quadros segundo os quais essas identidades são produzidas. Em suma,

Em segundo lugar, o foco [das políticas de esquerda] deveria recair menos nas políticas identitárias, ou nos tipos de interesses e crenças formulados com base em pretenções identitárias, e mais na precariedade e em suas distribuições diferenciais, na expectativa de que possam se formar novas coligações capazes de superar os tipos de impasses liberais mencionados anteriormente. (BUTLER, 2017, p. 55)

A deputada federal Talíria Petrone, que era amiga de Marielle Franco, pautou diversas vezes na sua campanha a necessidade de ressignificação dos corpos negros, vistos como matáveis, isto é, colocados em situações mais precárias.

Em Giddens, a convivência de inovação e conservação em um sistema, provocada por transformações na esfera política é definida como *revolução passiva* (BIANCHI, 2017). A inserção de novos atores e práticas na política pode ser caracterizada dessa forma, porquanto possui o poder de impactar as premissas que guiam a formulação de políticas ao mesmo tempo que convive com resistências à sua presença vindas de diversas partes – seja em função da rejeição da sua presença, pela crença na ingenuidade do projeto ou pela ameaça do fortalecimento e da conquista e espaço por eles. Um exemplo claro da ambivalência entre velho e novo é o fato da deputada federal Talíria Petrone, que é uma mulher negra, ter denunciado diversas vezes o estranhamento provocado pela sua presença na Câmara, o que fez com que ela tenha sido impedida de entrar no seu ambiente de trabalho algumas vezes em função da dificuldade de funcionários de reconhecê-la como parlamentar. Abers, Kunrath e Tatagiba (2018) entendem essa contradição como parte da estrutura de relações que se constrói entre os atores. Para eles, é preciso interpretar a agência dos movimentos sociais como a capacidade de produzir efeitos. Contudo, os agentes não se encontram sozinhos, e a agência de outros interpela a sua, bem como relações de desigualdade se manifestam nessas interações. Assim, ao mesmo tempo em que os atores podem impactar nas estruturas, estas podem influenciar a sua atuação.

4. O debate sobre sub-representação política de afrodescendentes e as eleições das “sementes de Marielle” em 2018

Vários pesquisadores (Cf. KOSSLING, 2007; CAMPOS, MACHADO, 2015; RIOS, RANGEL, PEREIRA, 2017; BUENO, DUNNING, 2017) têm tentado explicar a

sub-representação de afrodescendentes no legislativo e executivo brasileiros. O diagnóstico da literatura especializada tem afirmado que:

... as instituições de poder que conformam a democracia brasileira possuem ocupantes pertencentes a grupos sociais bastante específicos. A predominância de homens brancos em proporções muito superiores às apresentadas na população brasileira faz supor que existem mecanismos seletivos que têm favorecido tais segmentos sociais em detrimento de outros, reproduzindo uma hierarquia racial e de gênero, da base ao topo da política representativa nacional (RIOS, RANGEL, PEREIRA, 2017:39)

A pergunta que orienta o trabalho de diversos pesquisadores interessados em analisar a sub-representação de afrodescendentes na política é a seguinte: o que explica tamanha disparidade na representação política, mesmo quando não há fortes clivagens raciais ou étnicas? (BUENO, DUNNING, 2017). Uma parte dos estudos trabalha com a hipótese de que haveria uma baixa solidariedade étnica entre a população negra, o que justificaria a discrepância entre o número de eleitores, majoritariamente negros, e a escolha de seus representantes no legislativo e no executivo, em sua maioria homens brancos (Hanchard, 2001). Uma segunda hipótese faz uma distinção entre “candidatos com agenda racial” e “candidatos negros”. Os primeiros seriam aqueles fisionicamente negros e, ao mesmo tempo, defensores de propostas de interesse da população negra, consideradas por alguns analistas políticos como “específicas”. Os segundos, igualmente negros do ponto de vista fisionômico, mas que defenderiam propostas consideradas “gerais”, ou seja, não diretamente relacionadas aos interesses da população negra. Por essa lente, devido à persistência do mito da democracia racial e da celebração de uma pretensa harmonia racial, “candidatos com agenda racial” teriam menos chances eleitorais que “candidatos negros”.

Alguns estudiosos trabalham com a hipótese de que há uma preferência racial entre o eleitorado. Outra hipótese sugere que, a exemplo do que ocorre com a representação de mulheres, os partidos dificultariam a entrada e/ou a candidatura de negros em suas legendas. Uma hipótese final aponta para o fato de que, por terem maior acesso à recursos e doações de campanha, as elites étnicorraciais conseguem contrabalançar sua desvantagem numérica (BUENO, DUNNING, 2017). Um dos

principais impasses para testar a validade da maioria dessas hipóteses está na ausência ou na baixa qualidade dos dados disponíveis. Apenas em 2014 o Superior Tribunal Eleitoral (STE) passou a determinar a inclusão de informações sobre cor/raça nas fichas de candidaturas. Até então os trabalhos que usavam raça/cor como uma de suas categorias precisavam utilizar fotografias disponibilizadas pelos sites do Congresso, Assembleias estaduais ou se basear na autodeclaração dos próprios políticos para construir o banco de dados. Ainda assim, como afirmam Campos e Machado (2015), há uma grande probabilidade de que uma parcela dos candidatos e políticos eleitos que se autodeclara parda e preta não seja vista como tal pela sociedade.

Diante desse cenário, o trabalho de Bueno e Dunning (2017) é fundamental por utilizar diversos procedimentos metodológicos para buscar compreender os porquês da sub-representação de negros na política. Os autores afirmam que:

Nossas descobertas não sugerem a irrelevância política de raça ou etnia. No entanto, mostramos que o viés racial sistemático dos eleitores não é necessário para explicar por que os atributos dos políticos deixam de refletir as maiorias raciais e étnicas. Em vez disso, nossa evidência indica a importância do fechamento da elite - investimentos de elites raciais e econômicas em nome de outras elites - na sustentação de barreiras à representação descritiva (BUENO, DUNNING, 2017, p. 02).

Bueno e Dunning (2017), afirmam que candidatos brancos são em média três vezes mais ricos em ativos que candidatos negros e recebem três vezes e meia mais doações de campanha. O maior acesso a recursos se reflete na sobre-representação de políticos brancos no congresso brasileiro. Para os autores:

...a proporção de brancos entre os candidatos não eleitos é substancialmente mais próxima da distribuição da população do que entre os políticos eleitos. Por exemplo, embora os deputados federais eleitos sejam cerca de trinta pontos percentuais mais propensos a serem brancos do que a população, a disparidade cai para cerca de dez pontos percentuais entre os candidatos não eleitos (BUENO, DUNNING, 2017, p. 21).

Outro aspecto que dificulta análises mais compreensivas sobre a sub-representação de afrodescendentes no Brasil diz respeito à ausência de uma

produção acadêmica sistemática que trabalhe simultaneamente com raça e gênero. Um dado constantemente revelado nas pesquisas sobre dinâmica eleitoral demonstra que a raça do candidato tem efeito negativo menor do que gênero. Mulheres brancas recebem votações menores do que homens não-brancos e mulheres não-brancas encontram-se em posição mais desvantajosa ainda. Por essa razão, as principais prejudicadas pelas desigualdades raciais nas eleições são as mulheres negras e indígenas, que se encontram praticamente ausentes da representação política em todos os níveis. Daí a necessidade de se aumentar o número de pesquisas que mobilizem um enfoque analítico interseccional, como ocorre nos trabalhos de Htun (2014) e Rios, Rangel e Pereira (2017).

Rios, Rangel e Pereira (2017) fazem uma categorização do perfil das candidaturas e dos eleitos à 55ª legislatura do Congresso Nacional por gênero e raça (2015-2019). Utilizando dados disponibilizados pelo STE, as autoras afirmam que 108 negros foram eleitos para o Congresso Nacional. Do total de 540 parlamentares (513 deputados e 27 senadores), havia 97 homens negros e 11 mulheres negras. Os dados discutidos no trabalho de Htun (2014) apresentam resultados semelhantes. A autora analisa a inclusão e representação de mulheres negras latino-americanas em sete países: Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Peru, Uruguai e Venezuela. Htun conclui que mulheres negras estão sub-representadas em todos países analisados, com exceção do Equador.

Diante de tal diagnóstico, ativistas e coletivos de feministas negras começaram a se articular com outros grupos na tentativa de se fortalecerem para levarem adiante candidaturas competitivas e, conforme afirma a deputada federal Aurea Carolina (PsoL-MG), “ocupar a política”⁵. Em Belo Horizonte, tais articulações começaram a se materializar em 2009, a partir do ressurgimento do carnaval de rua, e com maior força, em 2010, quando entrou em vigor o Decreto n. 13.798, assinado pelo então prefeito Márcio Lacerda (PSB-MG), que proibia a realização de eventos de qualquer natureza

⁵ Tal informação foi obtida em entrevista realizada com a deputada por um dos autores deste texto em 08 de dezembro de 2018.

na Praça da Estação⁶. Jovens de diferentes coletivos criaram, então, a “Praia da Estação”, evento político-cultural e de lazer, com o intuito de reocupar os espaços públicos da cidade. No ano seguinte, alguns dos idealizadores do carnaval e da praia da estação se uniram a ativistas de outros coletivos e criaram o Movimento Fora Lacerda, cujos objetivos eram denunciar as irregularidades da administração Lacerda em relação ao fechamento dos canais de participação popular e pelo favorecimento a grandes corporações em detrimento dos interesses da população.

Houve naquele momento uma confluência de coletivos autônomos, com pautas distintas, em torno de um inimigo comum: a Prefeitura de Belo Horizonte. Para Áurea Carolina, essa efervescência política vinda das ruas e praças da cidade foi essencial para a construção das Muitas, uma movimentação coletiva com o objetivo de ocupar a política institucional a partir de 2015:

[...] a origem das Muitas está na Praia da Estação, está no carnaval, está na resistência das ocupações, primeiro Dandara e depois Isidora⁷, porque a resistência contra os despejos foi cultural. Esses foram espaços de trabalhar juntos. Nós tínhamos despejos para barrar e um carnaval para realizar. E, aí, vieram as jornadas de junho e a assembleia popular horizontal, que foi um legado importantíssimo das jornadas. Esse foi um legado singular no Brasil, nem todas as cidades tiveram esse saldo depois. O Tarifa Zero vem da assembleia popular horizontal e está nessa rede do Fora Lacerda, nas Muitas e na Gabinetona hoje. Eu vejo assim: a gente teve uma inspiração dos levantes indignados, o 15M de 2011, primavera árabe, *Occupy Wall Street*. Quando a gente chega nas Muitas, a gente já estava bastante influenciada por essas experiências de ocupação. (Entrevista de Áurea Carolina, 08/12/2018)

⁶ O decreto, que foi assinado em 09 de dezembro de 2009, entrou em vigor em 01 de janeiro de 2010. Entre as alegações para tal determinação, estavam a dificuldade em limitar o número de pessoas e em garantir a segurança pública devido à concentração, além da depredação do patrimônio público. Outro decreto, também assinado por Lacerda (n. 13.960), revogou o anterior, em 04 de maio de 2010 (Belo Horizonte, 2009; 2010).

⁷ Dandara é uma ocupação urbana ainda não regularizada na região da Pampulha, em Belo Horizonte, na qual vivem aproximadamente 1.800 famílias. A Ocupação Urbana Isidora é composta pelas comunidades Vitória, Rosa Leão e Esperança, localizadas na região norte de Belo Horizonte. Cerca de 9.000 famílias residem na Ocupação Isidora, que foi regularizada e transformada em Área Especial de Interesse Social pela Prefeitura de Belo Horizonte em 2018.

Mesmo diante desse histórico de colaboração entre as lutas em prol do objetivo de ocupar a política, Áurea Carolina relata que a perspectiva interseccional não foi incorporada de maneira automática às Muitas. Segundo ela:

Interseccionalidade é uma agenda que eu trazia muito nesse momento. Lembro que a gente teve que fazer uma defesa que representatividade importa. Na hora de discutir as candidaturas das Muitas, o pessoal ficava assim: “Que negócio é esse de representatividade? Gênero, raça essas coisas? Isso não é importante, o que importa são as coisas que nós defendemos. Quem é que vai representar isso não importa muito”. E eu falava: “Não, gente. O que a gente defende com os corpos é ó...”. Eu ainda falava: “Política de ideias e política de presença”. Eu lembro que eu mandei um email para a galera, eu peguei umas imagens “representatividade importa” de vários tipos, LGBT, negra, de gênero e mandei pro grupo. “Então, gente, é disso que eu estou falando. Vejam, vejam!” E isso foi importante para ajudar a dar esse fundamento da diversidade dos corpos, não só da agenda política. Porque uma coisa não pode existir sem a outra. (Entrevista de Áurea Carolina, 08/12/2018)

A construção de candidaturas coletivas pelas Muitas e seu enfoque interseccional acabaram surtindo efeito. Nas eleições municipais de 2016, Áurea Carolina foi eleita vereadora com 17.420 votos, a mais votada da cidade. Após tomar posse, construiu, juntamente com Cida Falabella, outra candidata eleita pelas Muitas, um novo modelo de institucionalidade: a Gabinetona, trabalhando em coreografia com Bella Gonçalves (primeira suplente, que assumiu o cargo quando Áurea se elegeu deputada federal, em 2018), em um gabinete compartilhado, em um mandato coletivo, aberto e popular, que se tornou referência no país e no mundo. No total, 32 mulheres negras foram eleitas em capitais brasileiras em 2016, sendo que os resultados obtidos por Áurea Carolina e Marielle Franco, eleita com 46.502 votos no Rio de Janeiro, foram os mais noticiados.

Seguindo a rota traçada por Mansbridge (1999) e Htun (2014), acreditamos que a presença de mulheres negras e integrantes de outras minorias discriminadas na política institucional tem um importante papel em mitigar *déficits* democráticos. Elas atuam como “*surrogate representatives*”, pois há evidências de que mulheres negras em cargos legislativos advoguem em prol de outros grupos vulneráveis, contribuam para democratizar as decisões internas a seus partidos e revertam a invisibilidade

histórica de pessoas negras em espaços de poder político (Htun, 2014). O relato de Áurea Carolina reproduzido abaixo corrobora esse diagnóstico:

Eu localizo essa tomada de consciência de que a gente precisa cada vez mais fortalecer os vínculos entre as lutas e isso foi uma virada de chave decisiva pra gente ter as Muitas com essa amplitude. Mas é sempre um processo, porque a tendência é a gente ficar na autorreferência, de um grupo querer hegemonizar, um partido, sobretudo querer hegemonizar, querer controlar, de algumas linguagens, algumas trajetórias não entrarem. O movimento de abertura é o mais cansativo, é o mais difícil, mas também é o mais promissor, que dá mais condições pra gente depois reverter isso em potencial político-eleitoral. Eu atribuo a minha votação fenomenal a isso: eu nunca fui uma candidata do movimento negro, ou uma candidata do movimento de mulheres, uma candidata do movimento de juventudes, uma candidata do hip hop. Eu sou uma candidata disso tudo. (Entrevista de Áurea Carolina, 08/12/2018).

O caráter transformador que a presença de mulheres negras na política institucional traz esbarra, amíude, na recusa dos “donos do poder” em ceder espaço. O temor de que a presença de representantes de minorias discriminadas em espaços de poder venha confrontar diretamente o *status quo* e “mover as estruturas” é uma das prováveis razões que levaram ao assassinato da vereadora carioca Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, por milicianos em março de 2018, segundo apontam as investigações. Em 12 de março deste ano, o sargento reformado da Polícia Militar do Rio de Janeiro Ronnie Lessa e o ex-policial militar Élcio Vieira de Queiroz foram presos, suspeitos de envolvimento nos assassinatos, atuando como atirador e motorista respectivamente. No entanto, ainda falta saber se houve mandantes e qual teria sido a motivação do crime (Otávio; Araújo; Leal, 2019).

Após a morte da vereadora, tem havido uma escalada de ameaças contra representantes ligados a ela e/ou que defendem pautas semelhantes em todo o país. Jean Wyllys, deputado federal reeleito pelo PSOL-RJ, primeiro parlamentar declaradamente gay e defensor de direitos para a população LGBTQ, teve que abdicar da carreira política e se autoexilar, antes de assumir o novo mandato em 2019, com receio de que ele e sua família fossem assassinados. A filósofa e ativista Márcia Tiburi, que foi candidata ao governo do Rio de Janeiro pelo PT nas últimas eleições, também se autoexilou em março.

A expressão “eles tentaram nos enterrar, mas não sabiam que éramos sementes” reflete o que vem ocorrendo no último ano. O assassinato de Marielle Franco surtiu o efeito oposto ao esperado por aqueles que cometeram o crime. Marchas e protestos, liderados por mulheres negras, levaram milhares de manifestantes às ruas das principais cidades do país aos gritos de “Marielle, presente!”. Os veículos de comunicação mais influentes do mundo noticiaram amplamente o fato e, ainda hoje, há manifestações nas ruas e nas redes, perguntando “quem mandou matar Marielle?”, uma vez que o inquérito ainda não foi concluído.

O assassinato de Marielle Franco acabou gerando maior visibilidade às reivindicações de feministas negras por participação na política institucional, que se resume na expressão “eu sou porque nós somos”, repetidas inúmeras vezes por ativistas. Renata Souza, Dani Monteiro e Mônica Francisco, “as sementes de Marielle” foram eleitas para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, em outubro de 2018. O modelo de candidaturas coletivas, experimentado pelas Muitas, em Belo Horizonte, desde 2015, foi replicado em outras capitais do país, como na Bancada Ativista, de São Paulo, no Vamos, de Salvador, e no Juntas, de Recife. No mesmo pleito, Áurea Carolina foi eleita deputada federal por Minas Gerais com 162.740 votos, a quinta candidata mais votada do estado. Talíria Petrone, pertencente ao mesmo grupo político de Marielle Franco, se elegeu deputada federal pelo Rio de Janeiro, com 107.317 votos. Erika Malunguinho, idealizadora do Aparelha Luzia e integrante da Bancada Ativista se tornou a primeira mulher negra trans a ocupar uma cadeira na Assembleia de São Paulo, com 55.223 votos. Olivia Santana foi eleita a primeira deputada federal negra na Bahia, com 57.755 votos. O número de mulheres autodeclaradas “pretas” dobrou nas Assembleias Legislativas, passando de sete, em 2014, para 15, em 2018. As autodeclaradas “pardas” passaram de 29 para 36. No Congresso, o número de mulheres negras também aumentou, porém, menos significativamente, passando de 10 para 13, na Câmara dos Deputados, e duas mulheres autodeclaradas “pardas”, no Senado Federal⁸.

⁸ Resultados das Eleições 2018. Disponível em: <<http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

No total, a representação de negros na Câmara dos Deputados aumentou quase 5% na eleição de 2018 em comparação com 2014. Dos 513 deputados eleitos em 2018, 385 se autodeclararam brancos (75%); 104 afirmaram ser pardos (20,27%); 21 pretos (4,09%); 2 amarelos (0,39%); e 1 indígena (0,19%). Joênia Wapichana (Rede-RR) tornou-se a primeira mulher indígena a ser eleita deputada federal. A primeira vez que um indígena chegou ao posto foi em 1982, com a eleição do cacique xavante Mario Juruna, pelo PDT do Rio de Janeiro. O resultado eleitoral dessas candidaturas de mulheres e homens negros, em conjunto com o crescimento no número de parlamentares mulheres eleitas (passando de 51 na 55ª legislatura para 77 na 56ª) lança luz sobre os desafios políticos do Brasil atual. O desejo por mudança, visibilidade e representatividade vem garantindo vitórias parciais a membros de grupos historicamente discriminados.

5. Referências Bibliográficas

- ABERS, R.; SILVA, M. S.; TATAGIBA, L.. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e possibilidades políticas. **Lua Nova**, v. 105, p. 15-46, 2018.
- BELO HORIZONTE (MG). *Decreto n. 13.798 de 09 de dezembro de 2009*. Proíbe realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação, nesta capital. Belo Horizonte, 2009 <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/2009/1380/13798/decreto-n-13798-2009-proibe-relizacao-de-eventos-de-qualquer-natureza-na-praca-da-estacao-nesta-capital> –acesso em: 28 mar 2019.
- BELO HORIZONTE (MG). *Decreto n. 13.960 de 04 de maio de 2010*. Revoga o Decreto n. 13.798, de 09 de dezembro de 2009 Belo Horizonte, 2010 <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/2010/1396/13960/decreto-n-13960-2010-revoga-o-decreto-n-13798-de-09-de-dezembro-de-2009> –acesso em 28 mar 2019.
- BENNETT, L; SEGERBERG, A. The Logic of Connective Action - Digital Media and the Personalization of Contentious Politics. **Information, Communication and Society**, v. 15, n. 5, p. 739-768, 2012.
- BIANCHI, A. Revolução passiva e crise da hegemonia no Brasil contemporâneo. **Revista Outubro**, n. 28, abril de 2017.
- BUTLER, J.. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, J.. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CAMPOS, Luiz Augusto e MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política* (16), Brasília-DF, 2015, pp.121-151.
- CASULLO, M. E.. **Expanding the borders of democracy**: deliberative democracy and populism. 2009. 290 f. Tese (Doutorado) – Curso de Philosophy In Government, Graduate School Of Arts And Sciences Of Georgetown University, Washington, 2009.

- CASULLO, M. E.. The Populist Body in the Age of Social Media: a Comparative Study of Populist and Non-Populist Representation. 2018. In: **International Political Science Association Congress**, 25, Brisbane. 2018.
- COLETIVO MUITAS. **Muitas 2018**. Disponível em: <<https://www.somosmuitas.com.br/>>. Acesso em: 14 mar. 2019.
- COLLING, L. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer**. Salvador: EDUFBA, 2015.
- DELLA PORTA, D.. (2005). Deliberation in Movement: Why and How to Study Deliberative Democracy and Social Movements¹. *Acta Política*. 40.
- GABINETONA. **Como chegamos aqui**. Disponível em: <<https://gabinetona.org/como-chegamos-aqui/>>. Acesso em: 14 mar. 2019.
- HENDERSON, M. G.. Speaking in tongues: dialogics, dialectics, and the Black Woman Writer's Literary Tradition. In: BUTLER, J.; SCOTT, J. (Org.). **Feminists theorize the political**. Nova Iorque/Londres: Routledge, 1992. p. 144-166.
- HONIG, B.. Toward an agonistic feminism: Hannah Arendt and the politics of identity. In: BUTLER, J.; SCOTT, J. (Org.). **Feminists theorize the political**. Nova Iorque/Londres: Routledge, 1992. p. 215-235.
- JUNTAS. **É melhor Juntas**. Disponível em: <<https://democratize.com.br/juntas>>. Acesso em: 14 mar. 2019.
- HANCHARD, Michael. *Orfeu e o poder: movimento negro no Rio de Janeiro e em São Paulo*. Rio de Janeiro, Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2001.
- HTUN, Mala, [Political Inclusion and Representation of Afrodescendant Women in Latin America](#). In Escobar-Lemmon, Maria; Taylor-Robinson, Michelle (Orgs). *Representation: The Case of Women*. Oxford: Oxford University Press, p. 118-134.
- KOSSLING, Karin Sant'Anna. As lutas antirracistas de afrodescendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983). Dissertação de mestrado, História, Universidade de São Paulo, 2007.
- LACLAU, E. & MOUFFE, C. 1985. **Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics**. London : Verso.
- MANSBRIDGE, Jane. Should blacks represent blacks and women represent women? A contingent "yes". *The Journal of Politics* 61(3), Chicago, 1999, pp.628-657.
- MENDONÇA, R. F.; ERCAN, S. Deliberation and protest: strange bedfellows? Revealing the deliberative potential of 2013 protests in Turkey and Brazil. **Policy Studies**, v. 36, p. 267-282, 2015.
- MOUFFE, C.. Feminism, citizenship and radical democratic politics. In: BUTLER, J.; SCOTT, J. (Org.). **Feminists theorize the political**. Nova Iorque/Londres: Routledge, 1992. p. 369-384.
- NORRIS, P.; INGLEHART, R.. **Cultural Backlash: Trump, Brexit and authoritarian-populism**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2018.
- OTÁVIO, Chico; ARAÚJO, Vera e LEAL, Arthur. PM e ex-PM são presos pelo assassinato de Marielle Franco. O Globo, 12 mar. 2019 <https://oglobo.globo.com/rio/pm-ex-pm-sao-presos-pelo-assassinato-de-marielle-franco-23514865> –acesso em 27 mar 2019.
- QUÉRÉ, L. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos**, n. 5, pp. 59-75, 2005.
- RIOS, Flavia; PEREIRA, Ana Claudia e RANGEL, Patricia. Paradoxos da igualdade: gênero, raça e democracia. *Ciência e Cultura* 69(1), Campinas-SP, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-Unicamp, 2017, pp.39-44.
- ROCHA, C. . Passando o bastão : a nova geração de liberais brasileiros. **NUEVO MUNDO-MUNDOS NUEVOS** , v. 1, p. 1, 2014.

SILVA, J. P.. Nota sobre o conceito de “reformas revolucionárias” de André Gorz. **Cadernos CRH**. Salvador, v. 30, p. 507-521. Set/dez de 2017.

SOLANO, E.; ORTELLADO, P.; MORETTO, M.. Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações de apoio a Lava Jato e conta a reforma da previdência. **Em Debate**, São Paulo, v. 10, p. 34, 2017.

TAVARES, J. Jornalista leva à Assembleia ativismo e modelo ainda em xeque de mandato coletivo. Folha de São Paulo, 12 de mar. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/jornalista-leva-a-assembleia-ativismo-e-modelo-ainda-em-xeque-de-mandato-coletivo.shtml>. Acesso em 14/03/2019.

VREESE, C. H. de et al. Populism as an expression of political communication content and style: a new perspective. **The International Journal Of Press/Politics**, v. 23, n. 4, p.423-438, 2 ago. 2018.

ZULIANELLO, M.; ALBERTINI, A.; CECCOBELLI, D.. A Populist Zeitgeist? The communication strategies of western and latin american political leaders on Facebook. **The International Journal Of Press/Politics**, v. 23, n. 4, p. 439-457, 2 ago. 2018.